

Biblioteca Escolar: o que é?¹

Marília de Abreu Martins de Paiva²

Adriana Bogliolo Sirihal Duarte³

Resumo

A biblioteca escolar tem sido objeto de um crescente número de publicações nas últimas décadas, mas sua definição e sua qualificação muitas vezes não são explicitadas. O principal problema que motivou este trabalho é o uso do termo biblioteca escolar sem a definição estrita e a qualificação dessa biblioteca. O trabalho visa definir a biblioteca escolar a partir das categorias dos Parâmetros do Grupo de Estudo em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE/UFMG) e das suas duas principais funções educativas: a promoção da prática da leitura e das competências informacionais. Como metodologia, exploramos os documentos internacionais e as publicações em língua portuguesa, relacionados à biblioteca escolar, contextualizando sua função educativa, apresentando uma pequena discussão a respeito das categorias constituintes e das funções da biblioteca escolar. Finalizamos ressaltando a importância de que os estudos sobre biblioteca escolar levem em conta sua correta definição e seus fundamentos.

Palavras-chave: biblioteca escolar; parâmetros; Grupo de Estudo em Biblioteca Escolar; promoção da leitura; competência informacional.

1 Este trabalho é parte adaptada de tese de doutorado em Ciência da Informação, defendida em 31 out. 2016.

2 Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação. Professora assistente da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

3 Doutora em Ciência da Informação. Professora associada da UFMG.

School Library: what is it?

Abstract

The school library has been the subject of a growing number of publications in recent decades, but its definition and qualifications are often not explicit in these publications. This is the problem that motivated this work: the use of the school library term in several works, without the strict definition and qualification of that library. The goal is to define the school library, from the categories of the Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) of Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), and its two main educational functions: promoting the practice of reading and information literacy. As methodology, we explore the international documents and publications in Portuguese related to and we contextualize the school library with its educational function, with a short discussion of the constituent categories and functions. We end stressing the importance of studies on school library to take into account its correct definition and its roots.

Keywords: school library; standards; Grupo de Estudo em Biblioteca Escolar; reading promotion; information literacy.

1 Introdução

A primeira questão que se deve colocar é exatamente o que é uma biblioteca e, em particular, o que é (ou o que deveria ser) uma biblioteca escolar. Nesta seção, propomo-nos a explicitar algumas definições de biblioteca escolar, a refletir sobre as categorias que podem servir de base para a sua análise e a tentar estabelecer como a biblioteca escolar pode contribuir para o aprendizado dos alunos.

Antes, porém, destacamos as cinco leis da biblioteconomia, propostas por Shiyali Ramamrita Ranganathan⁴, que devem ser lembradas cada vez que se pensar em definir a biblioteca; são elas: “os livros são para usar; a cada leitor seu livro; a cada livro seu leitor; poupe o tempo do leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento⁵” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 221). Essas cinco assertivas resumem questões que são o cerne da atividade bibliotecária: que todo o trabalho da biblioteconomia tem um fim social, uma utilidade sem a qual os recursos, as técnicas e os esforços não se justificariam; que conhecer o acervo e o usuário são obrigações para se fazer um serviço bibliotecário decente; que o leitor (usuário) é quem dá sentido ao trabalho das bibliotecas e é quem deve ser atendido da melhor forma possível; que a biblioteca não é um monólito definitivo, é um organismo que pode envelhecer, mas também se renovar.

⁴ Shiyali Ramamrita Ranganathan, matemático e bibliotecário indiano (1892-1972).

⁵ Ou, como traduzem outros: a biblioteca é um organismo vivo.

Lankes chama a atenção ao fato de que, qualquer que seja o tipo da biblioteca, ela “deve moldar-se ao contexto [da instituição ou local onde está inserida] e adotar os mesmos objetivos”, e também “construir algo para o bem comum, que toda a comunidade possa usar” (LANKES, 2015). O autor ainda preconiza que a missão de qualquer biblioteca deva ser melhorar a sociedade, facilitando a criação de conhecimento em suas comunidades”; o que a biblioteca faz de quatro modos: fornecendo acesso; fornecendo capacitações; proporcionando um ambiente seguro; e motivando para aprender (LANKES, 2015). Nada mais adequado para se pensar a biblioteca escolar.

Na seção seguinte, apresentaremos as definições de biblioteca escolar obtidas por meio de pesquisa bibliográfica, em que se buscou destacar diferentes concepções sobre o tema para, então, construir uma concepção que envolva as características básicas constituintes da biblioteca escolar e suas funções principais.

2 Biblioteca escolar

A definição de biblioteca deve anteceder a definição de biblioteca escolar. Segundo Briquet de Lemos, cinco requisitos são fundamentais para uma biblioteca, no sentido de instituição social:

Intencionalidade política e social; o acervo e meios para sua permanente renovação; o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas; e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca (LEMOS, 1998, p. 347).

Os requisitos são praticamente autoexplicáveis, mas vale destacar o primeiro deles, pois é imprescindível ao que se propõe neste trabalho: uma intencionalidade política e social. Nos sistemas de ensino, que estruturam, comportam e conduzem (ou deixam de conduzir, o que também resulta em uma política específica) as escolas e, dentro delas, suas bibliotecas, cabe buscar um fundamento por trás das salas cheias de livros que todos denominam, quase sem hesitar, de bibliotecas. É necessário tentar desvendar uma intencionalidade clara, propositiva, que justifique a criação ou não de cargos, o investimento em acervo, mobiliário e equipamentos, o estabelecimento de regras administrativas e de propostas pedagógicas para o espaço da biblioteca; do contrário, podem existir salas cheias de livros e, ainda assim, poderão não existir as bibliotecas.

Contudo, esse é só o primeiro requisito. Sem hierarquizá-los, relembramos o imperdível trocadilho de Milanesi, em *Ordenar para desordenar* (1986), destacando o fundamento de organização do acervo em uma biblioteca: “é preciso que as partes de um todo, chamado acervo, estejam ordenadas com objetividade em vista da localização posterior de umas das partes” (MILANESI, 1986, p. 31). O autor prossegue:

Biblioteca Escolar: o que é?

Há uma série de instrumentos que permitem ordenar: classificação de livros e de outros suportes do registro do conhecimento humano através de muitos sistemas; catalogação em fichas com o uso de normas, códigos que permitem a coerência dentro de um sistema; indexações. Existem ainda outros recursos laterais: inscrições nas lombadas dos livros, inscrições que também se estendem às estantes, organizando os olhos e o corpo dos usuários. Há uma determinada disposição que permite, com a ajuda de todos os instrumentos, chegar ao livro procurado, encontrar a informação que se precisa (MILANESI, 1986, p. 31).

Esse fundamento de organização do acervo é o que torna uma biblioteca de verdade – diferente da ideia que se pode disseminar (e muitas vezes repetida pelos meios de comunicação de massa e por gestores da área de educação, o que é mais grave) de apenas um conjunto de livros ou de outros materiais:

Os livros, discos, os jornais espalhados aleatoriamente não formariam uma biblioteca, mas um depósito. É a intenção e o esforço de organização que se faz em torno dela que torna possível concretizar a função pensada (MILANESI, 1986, p. 32).

Fica ressaltada a importância dessa característica que fundamenta a estrutura de organização do conhecimento em que se baseia a concepção, o espaço físico e os serviços de uma biblioteca escolar, além do trabalho bibliotecário, responsável por essa função específica da biblioteca dentro da escola.

Esse ordenamento dos registros do conhecimento, capital para as bibliotecas, estabelece uma forma de ocupação dos espaços e dos itens de uma biblioteca, assim como os recursos para a localização e o acesso às informações contidas nos itens e/ou aos próprios itens. Pierruccini nomeia as bibliotecas como dispositivos que “dispõem, isto é, ordenam, organizam, prescrevem”, de tal modo que criam “uma ordem informacional” e, portanto, “não apenas disponibilizam as informações, mas dizem, contam, narram – produzem significados” (PIERRUCCINI, 2004, p. 58). Assim, a “ordem informacional aí [no dispositivo biblioteca] apresentada é tanto materialidade quanto signo, linguagem, discurso” (PIERRUCCINI, 2004, p. 58). Isso significa que a organização da biblioteca é tanto física quando intelectual, e se apresenta desde as formas concretas de organização do acervo até a concepção que está por trás das escolhas técnicas. A autora propõe, contudo, que essa ordem informacional seja dialógica, entre a biblioteca e todos os atores da escola, e não apenas monológica, a partir do profissional bibliotecário e das ferramentas da biblioteconomia.

Do ponto mais geral das bibliotecas escolares, Prestebak (2001, tradução nossa⁶) afirma que “os três elementos principais de bibliotecas, ‘informação, educação e lazer’, mudaram muito pouco desde 1918. A biblioteca escolar evoluiu, mas estes serviços centrais ainda são fundamentais”.

6 No original: “The three chief elements of libraries, ‘information, education, and recreation’, have changed very little since 1918. The school library has evolved, but these core services are still fundamental”.

2.1 Concepção de biblioteca escolar

Postos as definições e os aspectos gerais de uma biblioteca escolar ideal, cabe trazer três documentos que podem ser considerados indispensáveis à ampla concepção de tais bibliotecas: o Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar, de 1999, as Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares, de 2002, e a 2ª edição das Diretrizes⁷, lançada em 2015. Os dois primeiros documentos foram publicados com autoria conjunta da *International Federation of Library Associations and Institutions*⁸ (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁹.

No primeiro documento, mais simples, é apresentada a missão da biblioteca escolar, que é a de promover “serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1999, p. 1). O documento trata ainda de aspectos do pessoal e do acervo da biblioteca escolar, além de financiamento, legislação e redes para o pleno cumprimento de sua missão. Tomando a biblioteca escolar como parte do processo educativo, lista seus objetivos:

- Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso (sic) da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação (sic) e ao entretenimento;
- Apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- Prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
- Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- Promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1999, p. 2-3).

⁷ IFLA School Library Guidelines, 2nd edition, ainda sem tradução oficial para o português e ainda sem a chancela da UNESCO.

⁸ Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias.

⁹ A sigla corresponde ao nome em inglês *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

O documento também apresenta os meios de que a biblioteca escolar deve dispor para atingir os seus objetivos, e destaca especialmente o profissional responsável pela biblioteca – o bibliotecário – e suas funções de serviços e de gestão. Esse documento é a base para os dois documentos seguintes, que se propõem a ser mais objetivos e detalhados sobre como se pode investir para atingir os objetivos supracitados.

O segundo documento, as Diretrizes de 2002, de maior envergadura e profundidade, atualiza a missão da biblioteca escolar, no sentido de que ela proporcione “informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2002, p. 4) e de que desenvolva “nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolva a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2002, p. 4). O documento propõe-se a ser “apoio e guia à comunidade das bibliotecas” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2002, p. 3) e divide-se em cinco seções bem detalhadas: missão e política, recursos, pessoal, programas e atividades e promoção.

Em missão e política, é apresentada a base conceitual e os passos para o desenvolvimento de política coerente com a missão da biblioteca escolar, assim como a ideia de avaliação e de monitoramento da biblioteca, com apresentação de indicadores relativos à utilização, aos recursos (acervo e tecnologia), aos recursos humanos; e de indicadores qualitativos (relacionados aos usuários), financeiros e comparativos (com outras bibliotecas). Na seção recursos, são explicitados aspectos de financiamento e de orçamento da biblioteca, localização e espaço, mobiliário e equipamento, equipamento eletrônico e audiovisual, outros recursos materiais, política de gestão da coleção, fundos documentais e recursos eletrônicos. Na seção pessoal, são detalhados: atores, perfis, funções, competências, deveres e padrões éticos do bibliotecário e dos auxiliares para uma biblioteca escolar, além da relação que deve ser estabelecida entre bibliotecário e professores. Na seção sobre os programas e as atividades, apresentam-se as bases para o desenvolvimento de programas e de atividades dentro da escola, destacando-se outros atores: os alunos, o diretor, os professores e os pais; também se propõem atividades em parceria com bibliotecas públicas. Na seção relativa à promoção da biblioteca, destacam-se a política de marketing e a formação de utilizadores (professores e alunos), além de um modelo de programa de competências (de estudo, de aprendizagem autônoma, de cooperação, de planejamento, de localização e de recolha, de seleção e de valorização, de organização e de registro, de comunicação e de realização, de avaliação) e literacia da informação. Esse modelo completo do significado e da atuação da biblioteca escolar, com forte influência da realidade estadunidense, tem sido disseminado como um ideal de biblioteca plenamente

integrada à função educativa, ao ambiente e aos objetivos escolares. Todos os aspectos da biblioteca escolar são destacados e detalhados, provendo, de fato, um guia para a formulação e a avaliação de políticas para a biblioteca escolar.

A segunda edição das Diretrizes avança ainda mais, trazendo, em primeiro lugar, uma definição geral de biblioteca escolar:

É um espaço físico e digital de aprendizagem de uma escola, onde a leitura, investigação, pesquisa, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para a jornada de informação e de conhecimento dos alunos e para seu crescimento cultural, pessoal e social. Este lugar físico e digital é conhecido por vários termos (por exemplo, centro de mídia da escola, centro de documentação e informação, centro de recursos, biblioteca de recursos de aprendizagem), mas biblioteca escolar é o termo mais comumente usado e aplicado à instalação e às funções. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015, p. 16, tradução nossa¹⁰).

O objetivo geral da biblioteca escolar, segundo o documento, é o de desenvolver nos alunos competência informacional, para que sejam participantes responsáveis e éticos na sociedade (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015, p. 16, tradução nossa¹¹). O documento traz algumas considerações gerais muito relevantes para se garantir um excelente funcionamento da biblioteca escolar. Em primeiro lugar, ressalta que, para atender a um ambiente educacional e cultural em constante evolução, a biblioteca escolar precisa de ter suporte legal e financeiro. Quanto aos profissionais responsáveis pela biblioteca, estes têm de ter o mesmo nível de formação e de preparação que os professores, e devem estar preparados para lidar eticamente com sua missão, garantindo o direito à privacidade e o direito ao saber dos estudantes. Em relação ao desenvolvimento de coleções, deve ser feito baseado no currículo, nos interesses das pessoas e da comunidade, e refletir a diversidade social e as identidades que a formam. As atividades pedagógicas propostas e conduzidas pela biblioteca devem se concentrar em “alfabetização e promoção da leitura; competência da informação e em mídias; aprendizagem baseada na investigação; integração de tecnologias; desenvolvimento profissional para professores; e valorização da literatura e da cultura” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015, p. 8, tradução nossa¹²). Além disso, o documento traz 16

10 No original: “A school library is a school’s physical and digital learning space where reading, inquiry, research, thinking, imagination, and creativity are central to students’ information-to-knowledge journey and to their personal, social, and cultural growth. This physical and digital place is known by several terms (e.g., school media center, center for documentation and information, library resource center, library learning commons) but school library is the term most commonly used and applied to the facility and functions”.

11 No original: “The goal of all school libraries is to develop information literate students who are responsible and ethical participants in society”.

12 No original: “literacy and reading promotion; media and information literacy; inquiry-based learning; technology integration; professional development for teachers; and appreciation of literature and culture”.

recomendações que podem servir como forma de planejamento, de acompanhamento ou de avaliação da biblioteca escolar. As recomendações, que trazem referência às seções do documento que lhes dão suporte, são:

1) A missão e os propósitos da biblioteca devem ser claramente indicados em termos consistentes com os princípios do Manifesto IFLA/UNESCO e os valores expressos na Declaração das Nações Unidas sobre os direitos das crianças e da Declaração sobre os direitos dos povos indígenas e os valores fundamentais da IFLA; 2) As missões e os propósitos da biblioteca devem ser definidos em termos consistentes com as expectativas das autoridades nacionais, regionais e locais, e também com o currículo escolar; 3) Deve ser posto em prática um plano com 3 características da biblioteca: um bibliotecário escolar qualificado, uma coleção que dê suporte ao currículo da escola, e um plano para o desenvolvimento da biblioteca; 4) Devem ser feitos monitoramento e avaliação dos serviços da biblioteca, bem como do trabalho dos funcionários, para assegurar que a biblioteca esteja atendendo às necessidades da comunidade escolar; 5) A escola deve ter uma adequada legislação da biblioteca, em todos os níveis, para assegurar claramente as responsabilidades legais para a criação, o suporte e a melhoria da biblioteca para todos; 6) A escola deve ter uma adequada legislação da biblioteca, em todos os níveis, para assegurar claramente as responsabilidades éticas de todos os membros da escola, incluindo o resguardo de direitos como a equidade de acesso, a liberdade de informação e a privacidade, os direitos autorais e a propriedade intelectual, e o direito das crianças ao conhecimento; 7) As bibliotecas devem ter serviços e programas sob a direção de um bibliotecário com formação formal adequada; 8) As funções do bibliotecário da escola devem ser claramente definidas para incluir a instrução, a gestão da biblioteca, a liderança e a colaboração, o envolvimento com a comunidade e a promoção dos serviços da biblioteca; 9) Todos os funcionários da biblioteca escolar devem entender claramente seus papéis e suas responsabilidades para o trabalho de acordo com as políticas da biblioteca, incluindo a igualdade de acesso, o direito à privacidade e ao saber para todos os usuários da biblioteca; 10) Toda a equipe da biblioteca deve esforçar-se para desenvolver coleções de recursos físicos e digitais compatíveis com o currículo da escola e com as identidades étnicas e culturais nacionais e dos membros da comunidade escolar e para aumentar o acesso aos recursos por meio de práticas como catalogação, curadoria e de disseminação de recursos; 11) As instalações, os equipamentos, as coleções e os serviços da biblioteca devem apoiar as necessidades de ensino e aprendizagem dos alunos e dos professores e devem evoluir com as mudanças das necessidades de aprendizagem; 12) As conexões com as bibliotecas públicas e acadêmicas devem ser desenvolvidas para fortalecer o acesso a recursos e serviços e partilhar responsabilidades para a aprendizagem ao longo da vida a todos os membros da comunidade; 13) O núcleo das atividades de instrução deve ser focado em alfabetização, promoção da leitura, competências em mídias e em informação, ensino baseado em problemas; integração das tecnologias e desenvolvimento profissional dos professores; 14) Os serviços e programas da biblioteca escolar devem ser desenvolvidos de forma colaborativa pelo bibliotecário, em conjunto com o diretor, os coordenadores de área, os colegas de ensino, outras bibliotecas e com membros de grupos culturais, linguísticos, indígenas e outros, para contribuir para o alcance dos objetivos acadêmicos, culturais e sociais da escola; 15) A prática baseada em evidências deve orientar os serviços e os programas de biblioteca escolar e fornecer dados necessários para a melhoria da prática profissional e para garantir que os serviços e programas contribuam positivamente para o ensino e a aprendizagem da escola; 16) O uso e o suporte dos serviços da

biblioteca escolar devem ser reforçados por uma comunicação planejada e sistemática com usuários atuais e potenciais e com as partes interessadas e gestores (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015, p. 10-11, tradução nossa¹³).

Como visto, as recomendações enfatizam de todos os modos a adequação da biblioteca escolar à macro política educacional, assim como às necessidades do currículo da escola, dos programas desenvolvidos na escola, dos professores e até da comunidade específica onde a escola se situa. Também deixam claro que toda a equipe da biblioteca e da escola, incluindo o diretor, devem estar em consonância aos mesmos objetivos.

Finalmente, com o propósito de dar suporte às recomendações supracitadas, as seções da 2ª edição das Diretrizes avançam e ampliam as questões de relevância para a biblioteca escolar, ainda buscando dar uma orientação prática aos princípios

13 No original: "1. The mission and purposes of the school library should be stated clearly in terms that are consistent with the principles of the IFLA/UNESCO School Library Manifesto and the values expressed in the United Nations Declaration of the Rights of the Child, the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous People, and in the Core Values of IFLA; 2. The mission and purposes of the school library should be defined in terms that are consistent with the expectations of national, regional, and local educational authorities, also the outcomes of the school's curricula; 3. A plan should be in place for the development of the three features necessary for the success of a school library: a qualified school librarian; a collection that supports the curriculum of the school; and an explicit plan for ongoing growth and development of the school library; 4. Monitoring and evaluating school library services and programs, as well as the work of the school library staff, should be conducted on a regular basis to ensure that the school library is meeting the changing needs of the school community; 5. School library legislation should be in place, at an appropriate governmental level or levels, to ensure that legal responsibilities are clearly defined for the establishment, support, and continuous improvement of school libraries accessible to all students; 6. School library legislation should be in place, at an appropriate governmental level or levels, to ensure that ethical responsibilities of all members of the school community are clearly defined, including such rights as equity of access, freedom of information and privacy, copyright and intellectual property, and children's right to know; 7. School library services and programs should be under the direction of a professional school librarian with formal education in school librarianship and classroom teaching; 8. The roles of a professional school librarian should be clearly defined to include instruction (i.e., literacy and reading promotion, inquiry-centred and resource-based), library management, school-wide leadership and collaboration, community engagement, and promotion of library services; 9. All school library staff—professional, paraprofessional, and volunteer—should clearly understand their roles and responsibilities to work in accordance with library policies, including those related to equity of access, right to privacy, and right to know for all library users; 10. All school library staff should endeavour to develop collections of physical and digital resources consistent with the school's curriculum and with the national, ethnic, and cultural identities of members of the school community; they also should endeavour to increase access to resources through practices such as cataloguing, curation, and resource sharing; 11. The facilities, equipment, collections, and services of the school library should support the teaching and learning needs of the students and the teachers; these facilities, equipment, collections, and services should evolve as teaching and learning needs change; 12. The connections among school libraries and with public libraries and academic libraries should be developed to strengthen access to resources and services and to foster their shared responsibilities for the lifelong learning of all community members; 13. The core instructional activities of a school librarian should be focused on: literacy and reading promotion; media and information literacy instruction; inquiry-based teaching; technology integration; and professional development of teachers; 14. The services and programs provided through the school library should be developed collaboratively by a professional school librarian working in concert with the principal, with curriculum leaders, with teaching colleagues, with members of other library groups, and with members of cultural, linguistic, indigenous, and other unique populations to contribute to the achievement of the academic, cultural, and social goals of the school; 15. Evidence-based practice should guide the services and programs of a school library and provide the data needed for improvement of professional practice and for ensuring that the services and programs of a school library make a positive contribution to teaching and learning in the school; 16. The use and support of the services and programs of a school library should be enhanced by planned and systematic communication with school library users—current and potential—and with the library's stakeholders and decision-makers.

do manifesto de 1999, a partir do mote de pensar globalmente e de agir localmente no apoio ao ensino e à aprendizagem para todos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015). O documento é dividido em seis seções muito mais extensas do que as de 2002; ao fim de cada uma delas, há uma lista de recursos para o aprofundamento nos temas específicos: missão e propósitos; estrutura legal e financeira; recursos humanos; recursos físicos e digitais; programas e atividades; e avaliação e relações públicas.

Mesmo antes desses três documentos, alguns grandes manuais já vinham sendo publicados no sentido de se padronizar a biblioteca escolar em modelos e sistemas escolares cada vez mais disseminados mundialmente. Em 1969, nos Estados Unidos da América (EUA), foi publicado, pela Agência para o Desenvolvimento Internacional¹⁴, um extenso e detalhado manual (traduzido para o espanhol em 1974) com o mote *Biblioteca escolar: fonte e força para excelência educativa* (DAVIES, 1974, p. 17, tradução nossa¹⁵). Na obra, além de várias seções sobre a concepção da biblioteca escolar (vista como laboratório de aprendizagem), o papel do bibliotecário escolar, os modelos de avaliação da biblioteca e dos alunos, seguem-se seções específicas com detalhamento de programa de atividades para o inglês, os estudos sociais, as ciências e a matemática, técnicas de estudo, guia (várias atividades concebidas a partir de valores típicos da nação americana, como obrigação pessoal de participar de atividades de melhoria da comunidade), além de uma seção só para poesia. Em todas as seções são apresentados objetivos da atividade, recursos, técnicas, meios de avaliação etc. De fato, um guia de ensino completo.

Em 1972, sob a égide do então Ministério da Educação e Cultura, era publicado, no Brasil, um manual de organização e funcionamento para bibliotecas escolares, a partir dos seguintes objetivos:

Facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para uso dos professores quanto para uso dos alunos; desenvolvendo nestes o gosto pela boa leitura, habituando-os a utilizar os livros; desenvolver-lhes a capacidade de pesquisa, enriquecendo sua experiência pessoal, tornando-os, assim, mais aptos a progredir nas profissões para os quais estão sendo preparados (CARVALHO, 1972, p. 10).

Muito detalhado, trazia instruções para o desenvolvimento de acervo, o tratamento das coleções e dos serviços para os leitores, além de sugestão de mobiliário e de equipamentos. Tinha como premissa as ideias de aprimorar o gosto pela leitura, de auxiliar na atividade de pesquisa escolar – instituída como nova prática escolar pela reforma do ensino de 1971¹⁶ – e se voltava para a formação de trabalhadores para o mercado.

14 Órgão do departamento de governo dos EUA cujo Centro Regional para a cooperação técnica produzia publicações em espanhol para o projeto “Aliança para o progresso”.

15 No original: *La biblioteca escolar, fuente e fuerza de excelência educativa*.

16 Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Já em 1982, na América Latina¹⁷, em moldes bem diversos, a obra *Modelo flexible para un sistema nacional de bibliotecas escolares* apresenta uma discussão sobre o sistema educativo, a leitura e a biblioteca para, depois, propor etapas para a construção de um sistema nacional de bibliotecas escolares, desde os marcos legais até a avaliação. A partir de diferentes conceitos particulares de biblioteca escolar e de suas relações com o sistema educativo, constrói-se a definição de biblioteca escolar como:

[...] uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os põe à disposição de uma comunidade educativa. É parte integrante do sistema educativo e compartilha seus objetivos, suas metas e seus propósitos. A biblioteca escolar é um instrumento para o desenvolvimento do currículo e permite a promoção da leitura e a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem ao longo da vida; incentiva a criatividade, a comunicação, fornece recreação, apoia os professores em sua formação e lhes dá a informação necessária para a tomada de decisões em sala de aula. Trabalha também os pais e outros agentes da comunidade¹⁸ (CASTRILLÓN *et al.*, 1982, p. 19, tradução nossa).

Ponto interessante nesse manual é que os objetivos da biblioteca escolar são apresentados em função de diferentes papéis: em função do sistema educativo (realização dos objetivos dos sistemas e das políticas nacionais); em função do processo de ensino-aprendizagem (criar e manter ambiente educativo rico); em relação à leitura (contribuir com o programa de ensino da leitura); em relação à criação de uma atitude científica (oferecer um contexto que favoreça a descoberta, o avanço e o intercâmbio de experiências); em relação à aprendizagem permanente (formar e desenvolver habilidades e destrezas de busca e de uso da informação); quanto ao desenvolvimento da criatividade (estimular a imaginação e as habilidades criativas e o sentido estético); em relação à comunicação (desenvolver habilidades de comunicação e de expressão); em relação à recreação (oferecer possibilidade de integrar elementos recreativos às atividades escolares); em relação à capacitação dos docentes (apoiar os sistemas de formação, de capacitação e de aperfeiçoamento dos docentes); em relação à comunicação científica (dar condições que favoreçam a valorização da informação científica e tecnológica); e em relação à comunidade (contribuir para o desenvolvimento de programas de educação de adultos e de educação não formal dentro do raio de ação da biblioteca) (CASTRILLÓN *et al.*, 1982).

17 Publicação da Organização dos Estados Americanos (OEA) lançada, ao mesmo tempo, na Colômbia, na Costa Rica, no Peru, na Venezuela.

18 No original: “[...] una institución del sistema social que organiza materiales bibliográficos, audiovisuales, y otros medios y los pone a la disposición de una comunidad educativa. Constituye parte integral del sistema educativo e comparte sus objetivos, metas e fines. La biblioteca escolar es un instrumento de desarrollo del currículo y permite el fomento de la lectura y la formación de una actitud científica; constituye un elemento que forma al individuo para el aprendizaje permanente; fomenta la creatividad, la comunicación, facilita la recreación, apoya a los docentes en su capacitación y les ofrece la información necesaria para la toma de decisiones en aula. Trabaja también con los padres de familia y con otros agentes de la comunidad”.

Portanto, quase duas décadas antes do Manifesto da UNESCO, essa publicação, também de um organismo internacional, já tinha uma proposta avançada para a biblioteca escolar que, aparentemente, teve pouco impacto no Brasil. Embora várias propostas ali elencadas apareçam depois nas Diretrizes de 2002 e 2015, o documento latino-americano supracitado destaca alguns aspectos que não seriam evocados nos outros e que consideramos muito relevantes: a criação de uma atitude científica (e a valorização da cultura científica) e a capacitação dos docentes.

A biblioteca escolar tem sido definida nas publicações brasileiras – tanto em trabalhos acadêmicos quanto em manuais práticos – de diferentes modos, sendo sua função identificada de modo mais amplo ou mais restrito, como veremos a seguir. Fonseca (2007, p. 53) define biblioteca escolar apenas como a que oferece “infraestrutura bibliográfica e audiovisual do ensino fundamental e médio”, tendo por objetivo específico “fornecer livros e material didático tanto a estudantes como a professores”. Essa visão restrita da biblioteca também é repetida na própria lei das bibliotecas escolares que restringe a biblioteca escolar à “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010). No manual *A biblioteca na escola*, publicado pelo governo federal e enviado às escolas para o apoio ao desenvolvimento de atividades de leitura, a biblioteca escolar é apresentada como um espaço desejável que, contudo, pode ser substituído, com adaptações e soluções criativas (PEREIRA, 2006). Campello *et al.* (2002) destacam a função educativa da biblioteca escolar, seja na formação do leitor, seja na formação do aluno com competência informacional, capaz de localizar, selecionar e interpretar informações em diversos suportes. Renata Souza, em 2009, organiza um livro em que a função de mediação da leitura literária é considerada prioridade na biblioteca escolar (SOUZA, 2009). Em um livro-manual de 2011, a biblioteca escolar é apresentada no contexto da legislação educacional brasileira, a partir de duas premissas: a obrigação do Estado em oferecer educação a todos os brasileiros e a integração da biblioteca escolar ao processo de ensino-aprendizagem (CORTE; BANDEIRA, 2011). Na mesma obra, as autoras destacam que a biblioteca escolar:

É um espaço de estudo e construção do conhecimento, coopera com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual, favorece o enriquecimento cultural e incentiva a formação do hábito da leitura. Jamais será uma instituição independente, porque sua atuação reflete as diretrizes de outra instituição que é a escola (CORTE; BANDEIRA, 2011, p. 8).

Os Parâmetros do GEBE para bibliotecas escolares partem da noção de biblioteca escolar que compreende:

Um espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades para usuários e os serviços técnicos e administrativos; materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades (*sic*) dos usuários; acervo organizado de

acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez; acesso a informações digitais (internet); espaço de aprendizagem; administração por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar (GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR, 2010, p. 9).

Em 2012, Campello reforça a ampliação significativa do papel da biblioteca escolar, “do paradigma da leitura para o paradigma da aprendizagem” (CAMPELLO, 2012, p. 7), e apresenta diversas pesquisas internacionais que demonstram a efetividade da contribuição da biblioteca escolar nos resultados escolares. A principal ideia de Campello é a de que a biblioteca deve deixar de ser apenas o local onde está o estoque de livros para leitura e passar a oferecer atividades específicas de formação do estudante, principalmente em competências informacionais, desde a escolha de materiais até o uso e a comunicação do que foi encontrado. Em livro de 2012, Lúcia Maroto propõe uma biblioteca escolar como “um centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela coletividade”, constituindo-se, portanto, numa “oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural” para as crianças (MAROTO, 2012, p. 75). Embora parta dessa concepção de biblioteca escolar, a autora descreve boas práticas em bibliotecas escolares, quase todas ligadas à leitura literária.

Já a pesquisadora espanhola Glória Durban Roca, em livro publicado no Brasil também em 2012, aborda os aspectos mais relevantes para o entendimento da biblioteca escolar como um recurso educacional, não sem antes destacar duas dimensões dela: **uma dimensão física**, que facilita a seleção coordenada de materiais informativos e literários e que favorece o desenvolvimento de práticas de leituras e de habilidades intelectuais; **uma dimensão educacional**, que promove a criação de processos de ensino-aprendizagem e que apoia o desenvolvimento do projeto curricular e educacional da escola (DURBAN ROCA, 2012). Para essa autora, a biblioteca escolar não é um “centro de recursos a serviço da aprendizagem”, mas si, um “**contexto de aprendizagem** onde, graças à interação com determinados recursos, processos de ensino e aprendizagem e práticas de leitura são facilitados” (DURBAN ROCA, 2012, p. 26). O Quadro 1 explicita essa visão.

Quadro 1 – Conceito de biblioteca escolar e suas contribuições na escola.

Conceito	Ação	Contribuições
Dimensão física		
Estrutura organizada estável	Facilitar	A seleção coordenada de materiais informativos e literários. A centralização dos recursos para assegurar seu uso compartilhado. O acesso a materiais diversos e de qualidade. A existência de um lugar de encontro e de relações pessoais. A criação de um contexto presencial de aprendizagem e leitura.
Contexto presencial de aprendizagem e leitura	Favorecer	O desenvolvimento de práticas de leitura e de habilidades intelectuais. A realização de trabalhos de pesquisa e de atividades de leitura. A criação de um ambiente de leitura e de escrita na escola. O uso da biblioteca como recurso educacional.
Dimensão educacional		
Recurso educacional	Promover	A criação de processos de ensino-aprendizagem. As ações de atendimento às necessidades especiais e de compensação de desigualdade entre os alunos. As ações de envolvimento das famílias no incentivo à leitura. O apoio pedagógico à prática docente.
Agente pedagógico interdisciplinar	Apoiar	O desenvolvimento do projeto curricular e educacional da escola. A prática educacional no âmbito pedagógico e de conteúdo curricular. A projeção de situações de aprendizagem por pesquisa e desenvolvimento da prática de leitura e escrita. Os processos de melhoria do ensino iniciados na escola.

Fonte: DURBAN ROCA, 2012, p. 39.

A grande contribuição de Durban Roca é explicitar a potência dupla da biblioteca escolar: como atividade-meio, em que se reforça sua dimensão educacional como recurso e como agente pedagógico interdisciplinar, e como atividade-fim, em que se

considera a dimensão física da biblioteca escolar como uma contribuição em estrutura organizada estável e em contexto presencial de aprendizagem e de leitura. Ou seja: a biblioteca escolar não só apoia as atividades pedagógicas da escola, mas também, ela própria, é local e oportunidade de aprendizagem.

Outra questão transparece no pano de fundo dessas diferentes definições, principalmente no tocante à função de formadora de leitores (de literatura): a disputa entre a “Cultura (formas mortas, realizações individuais através dos tempos, que constituem o patrimônio comum da humanidade) e cultura (as formas vivas, vigentes na sociedade, aquela parte da cultura que é socializada)” (CIRIGLIANO, 1969¹⁹, *apud* SAVIANI, 2012, p. 48). Essa disputa está presente ainda hoje como uma questão relevante no tocante ao desenvolvimento de coleções (principalmente literárias) da biblioteca escolar, onde os títulos canônicos e consagrados pela crítica e pela academia disputam espaço com uma literatura vista como consumível e superficial, fortemente disseminada pela indústria cultural, os chamados *bestsellers*.

Dentro de estudos educacionais, a biblioteca escolar pode ser identificada concomitante aos objetivos do ensino, já que, para o aluno, “o ensino deve ampliar o seu campo de possíveis, o seu imaginário e a sua ambição, que lhes deve dar acesso a bibliotecas onde se conserva e se alimenta o saber do homem [...]” (CHARLIER, 2011, p. 183). Quando a individualização dos percursos escolares aparece nos discursos sobre educação do século XXI, enfatizando que “o indivíduo não é mais imaginado herdeiro de uma posição social, [mas] ele é tornado responsável pelas próprias aquisições” (MARTUCELLI, 2011, p. 292), a biblioteca escolar sobressai-se ainda mais, apresentando-se como espaço escolar capaz de atender aos alunos em seus interesses, em suas necessidades e em seus desejos pessoais, inclusive, e sobretudo, aqueles que não estão previstos nos currículos.

Interessante notar ainda, do ponto de vista dos pesquisadores em Educação, algumas características que fazem da biblioteca escolar espaço único de oportunidades culturais na escola, tanto na aquisição da proficiência e do gosto pela leitura quanto pela aquisição de competências informacionais. Por um lado, a necessidade social da leitura tornou o seu domínio de desejável a obrigatório nos últimos séculos, e o domínio incompleto da leitura, que, no século XIX até o início do século XX, podia ser aceitável, tornou-se uma “carência quase insuperável no início do séc. XXI” (MERLE, 2011, p. 178). Por outro lado, para Ganzeboom²⁰ (1982, *apud* COULANGEON, 2011, p. 285), “a influência da escola nas práticas culturais se exerce prioritariamente pelo viés da aquisição de uma aptidão geral no tratamento da informação”. Ambas as necessidades, de domínio da leitura e de competência geral para o trato com a informação, podem ser vistas como parte essencial e natural da contribuição das bibliotecas.

19 CIRIGLIANO, G. F.G. **Fenomenologia da educação**. Petrópolis: Vozes, 1969.

20 GANZEBOOM, H. Explaining differential participation in high-cultural activities: a confrontation of information-processing and status-seeking theories. In: RAUB, W. (Org.). **Theoretical models and empirical analyses**. Utrecht: ES Publications, 1982. p. 186-205.

A concepção de biblioteca escolar, portanto, deve se basear em uma dupla potência: que se estabeleça como atividade-meio da escola e como atividade-fim em si mesma. Como atividade-meio, admite-se que “essa situação de dependência faz com que a biblioteca, para cumprir o seu papel, esteja em estreita sintonia com a concepção educacional e as diretrizes político-pedagógicas da escola à qual se integra” (CORTE; BANDEIRA, 2011, p. 8), e reforça-se sua dimensão educacional, como recurso e como agente pedagógico interdisciplinar (DURBAN ROCA, 2012). Como atividade-fim, considera-se que a dimensão física da biblioteca escolar, por si só, contribui como estrutura organizada estável e como contexto presencial de aprendizagem e leitura.

2.2 Parâmetros para bibliotecas escolares

A respeito da qualificação das bibliotecas escolares, o principal documento brasileiro para o levantamento de categorias de análise e de avaliação de bibliotecas escolares foi publicado, em 2010, pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Os parâmetros para bibliotecas escolares (GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR - GEBE, 2010) servem, ao mesmo tempo, como um referencial para a qualidade das bibliotecas escolares e como um instrumento para a avaliação das mesmas.

A publicação foi uma resposta ao desafio proposto pelo sistema CFB/CRBs (Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia), no “Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar”; os parâmetros se constituem de categorias e formas de mensuração que possam subsidiar a criação, o funcionamento e o desenvolvimento desses espaços nas escolas, de maneira que possam constituir recursos efetivos de aprendizagem (GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR, 2010). As categorias são:

- 1) **espaço físico**, onde se apresentam os itens relativos ao planejamento do espaço da biblioteca, o próprio espaço total, as questões de acessibilidade, de mobiliário, de equipamentos e de layout;
- 2) **acervo**, que se organiza em torno das questões quantitativas, dos tipos de materiais disponíveis, das condições gerais do acervo, dos materiais em relação às categorias de usuários, do desenvolvimento de coleção, incluindo o descarte, e da existência de uma comissão para a biblioteca;
- 3) **computadores com acesso à internet**, em que aparece a questão do número de computadores e também do seu uso;
- 4) **organização do acervo**, cujos indicadores estão relacionados ao tombamento, à classificação, à catalogação, à informatização e ao acesso remoto ao catálogo;

5) **serviços e atividades**, categoria em que são listados os serviços de: consulta, empréstimo, orientação, contação de história, boletim, clube de leitura, concursos e blog; e

6) **pessoal**, que se refere ao tempo de atendimento por profissional bibliotecário, ao nível de formação e ao quantitativo de bibliotecários e auxiliares.

Além da descrição das categorias e de seus indicadores, o documento se apresenta como um instrumento específico para a avaliação e o planejamento de bibliotecas escolares, na medida em que propõe, em cada categoria, níveis considerados básicos e exemplares de atendimento em cada indicador. Convém ressaltar que nenhuma biblioteca é obrigada a utilizar os parâmetros, que eles são um guia sugerido pelo CFB como referencial para guiar e oferecer parâmetros mínimos de qualidade. Dentro desses parâmetros, os níveis considerados básicos e exemplares são aqueles que garantem um funcionamento mínimo (básico) e que oferecem uma meta de crescimento (exemplar) para as bibliotecas que estão em fase de implantação.

Essas categorias e esses indicadores para bibliotecas escolares, contudo, ainda não incluem dois tipos de competências valiosíssimas aos alunos, tanto no meio escolar quanto ao longo da vida, ambas relacionadas com uma prioridade nacional: o letramento. A função da biblioteca escolar identifica-se com o aprendizado da leitura, de modo especial, a leitura e a apreciação literárias; além do aprendizado de competências relacionadas à localização, ao uso e à interpretação de fontes, as chamadas competências informacionais²¹. A biblioteca escolar pode contribuir para a aquisição e para o desenvolvimento da competência de leitura, com atividades direcionadas tanto a crianças ainda não alfabetizadas quanto a jovens e adultos já leitores, procurando sempre criar oportunidades para se expandir os horizontes de leitura.

Ressaltamos, contudo, que, embora os parâmetros brasileiros ainda se foquem primordialmente na infraestrutura física e administrativa (pessoal), parâmetros americanos²² e de outros países já incluem também como referencial para a qualidade e para a avaliação das bibliotecas o seu programa educativo (engajamento em atividades de information literacy e em atividades em colaboração com o projeto pedagógico da escola).

21 Ou *literacia*, ou letramento informacional, conforme adotado por diferentes autores.

22 Como por exemplo: parâmetros da Flórida, EUA (disponível em <http://www.fldoe.org/academics/standards/subject-areas/library-media-services-instructional-t/exc3el-fls-k-12-library-program-evalua.shtml>); de Michigan, EUA (disponível em https://www.michigan.gov/documents/mde/lm_SL21_313134_7.pdf); e de Portugal (disponível em http://www.rbe.mec.pt/np4/file/1047/978_972_742_365_1.pdf).

3 Conclusões e considerações finais

A literatura acadêmica brasileira sobre biblioteca escolar acompanha documentos basilares de organizações internacionais sobre as mesmas, apresentando uma definição avançada dessas bibliotecas. Portanto, em pesquisas aplicadas sobre bibliotecas escolares, como estudos de caso e outros trabalhos que se aproximam da realidade brasileira, essa definição não deve ser deixada de lado, passando-se, impensadamente, à descrição das coisas como elas são. Este trabalho buscou recuperar e consolidar a definição de biblioteca escolar para que sirva de arcabouço teórico e de paradigma para a descrição e a análise de bibliotecas escolares em outros trabalhos.

Ao se partir para trabalhos aplicados sem se buscar as definições teóricas consagradas e consolidadas, corre-se o risco de se descrever sempre as coisas como elas são – o que, no caso das bibliotecas escolares, pode significar apresentar uma realidade sempre atrasada. A definição teórica clara e as categorias de análise adequadas são as que podem mostrar o quanto há que se fazer para que a realidade brasileira avance, pois, do contrário, partindo-se somente da descrição da realidade como encontrada, se pode naturalizar um atraso historicamente construído e politicamente indefensável.

Acreditamos que essa reflexão possa contribuir para que trabalhos futuros sobre bibliotecas escolares não prescindam de seus fundamentos basilares.

Referências

- BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 mai. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12244.htm>. Acesso em: 10 mai. 2015.
- CAMPELLO, B. S. et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- CAMPELLO, B. S. **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- CARVALHO, D. de Q. **Bibliotecas escolares: manual de organização e funcionamento**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Nacional de Material Escolar, 1972.
- CASTRILLON, S. et al. **Modelo flexible para un sistema nacional de bibliotecas escolares**: Colombia, Costa Rica, Peru, Venezuela [S.l.]: O.E.A, 1982.
- CHARLIER, J-É. Desenvolvimento, educação nos países em. In: VAN ZANTEN, A. **Dicionário da educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 179-184.

CORTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

COULANGEON, P. Efeitos culturais da educação. In: VAN ZANTEN, A. **Dicionário da educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 284-288.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Leis da biblioteconomia. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, p. 84.

DAVIES, R. A. **La biblioteca escolar**: propulsora de la educacion. Buenos Aires: Bowker Editores, 1974.

DURBAN ROCA, G. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para a biblioteca escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 1999. 4 p. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Directrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 2002. 27 p. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA School Library Guidelines** 2. ed. 2015. 69 p. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/node/9512>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

LANKES, R. David. **Expect more**: demanding better libraries for today's complex world. Disponível em: <http://davidlankes.org/?page_id=8274>. Acesso em: 15 jan. 2016.

- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Org.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 347-366.
- MAROTO, L. H. **Biblioteca escolar, eis a questão**: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MARTUCELLI, D. Efeitos sociais e políticos da educação. In: VAN ZANTEN, A. **Dicionário da educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 291-295.
- MERLE, P. Democratização do ensino. In: VAN ZANTEN, A. **Dicionário da educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 174-179.
- MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PEREIRA, A. K. **Biblioteca na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006.
- PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 232 f. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- PRESTEBAK, Jane. Standarts: recipes for serving student schievevement. **Muldimedia schools**, oct. 2001. Disponível em: < <http://www.infotoday.com/MMSchools/oct01/prestebak.htm>>. Acesso em: 04 mai. 2016.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- SOUZA, R. J. de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

Recebido em 05/08/2016
Aprovado em 25/11/2016